

2020

Plano de Governo
CONSTRUINDO A
CIDADANIA VIVA EM
PALMAS

*Partido Socialismo e
Liberdade (PSOL)*



Presidente Estadual do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

Edgar Gomes Ferreira

Presidenta Metropolitana de Palmas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

Maria Lucia Soares Viana

Coordenação da Equipe de elaboração e Sistematização

Édi Benini

Candidatos

João Aparecido Bazzoli – Prefeito

Lucia Viana – Vice-Prefeita

Arlindo Miguel dos Santos – Vereador

Charleide Matos da Cruz – Vereadora

Ederval Camargo Rocha – Vereador

Sandra Maria Ribeiro Leitão – Vereadora

Silvio de Sousa – Vereador

DADOS DE CATALOGAÇÃO

PSOL. Plano de Governo do Partido Socialismo e Liberdade para as Eleições Municipais. Palmas-TO. set. 2020. 27 p.

Palmas; cidadania viva; PSOL-TO.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
2. CONTEXTO: REALIDADE ATUAL E REFERÊNCIAS	4
2.1. Principais características de Palmas	4
2.2. Desafios Gerais: A marca do pensamento do Partido Socialismo e Liberdade para Palmas	6
3. OBJETIVOS DA GESTÃO: AONDE QUEREMOS CHEGAR	8
A Garantia de qualidade de vida e da proteção social	8
A sustentabilidade como eixo transversal e o meio ambiente	9
Construindo a cidadania viva em Palmas	10
4. PROPOSTAS: O QUE PODEMOS FAZER	10
4.1. Moradia e o Acesso à terra urbanizada como princípio de dignidade	10
4.2. Saúde integral e a segurança alimentar como direitos básicos	11
4.3. Educação integral e inclusiva, livre e democrática	11
4.4. Assistência Social	13
4.5. Trabalho, Emprego e Renda: Desenvolvimento com justiça social	14
4.6. A mobilidade urbana como estratégia de inclusão social	14
4.7. Juventude e idoso reconhecendo a relação intergeracional	15
4.8. Mulheres e a vigilância de seus direitos	16
4.9. Segurança Cidadã	19
4.10. Cultura e Lazer	19
4.11. Esporte para o bem viver	20
4.12. Ciência e Tecnologia ao alcance de todos	21
4.13. Turismo: circuitos de desenvolvimento e de conscientização ambiental e cultural	22
4.14. Meio ambiente como bem comum	22
4.15. Saneamento como direito humano	23
5. COMO FAZER – EFICIÊNCIA E RESPEITO	24
5.1. Gestão pública social e transparente	24
5.2. Reformulação do atendimento ao público: respeito máximo ao cidadão	25
5.3. Cidadania Viva: Participação efetiva da população	25
5.4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a pós-pandemia	27



APRESENTAÇÃO

Estamos construindo este Plano de Governo que objetiva orientar a gestão pública municipal de Palmas, capital do estado do Tocantins, no período de janeiro de 2021 a dezembro de 2024.

Apresentamos nesta oportunidade esta estrutura inicial que tem como referência um conjunto de análises locais, valores humanos e éticos, diretrizes políticas e propostas de gestão, objeto de diálogo permanente com a população palmense. Certamente aperfeiçoaremos este trabalho no transcorrer do tempo, em razão do surgimento constante de novas sugestões inovadoras ou mesmo por exigências relacionadas a mudanças na realidade local. Afinal, planejar é um exercício permanente de atualização e adequação às realidades momentâneas, para além disso, o de precisar usar mecanismos eficazes de monitoramento dos resultados qualiquantitativos produzidos, para tomada de decisões.

Com o intuito de propiciar ao leitor mais facilidade no entendimento deste documento, dividimos este Plano de Governo em quatro etapas, a saber: i) contexto geral da cidade; ii) objetivos estruturantes do partido e dos candidatos; iii) propostas formuladas; e vi) maneiras como o partido pretende concretizá-las.

Dessa maneira, na primeira etapa realizamos uma breve análise do **contexto** atual e mostramos, a partir da nossa visão de conjuntura diante da realidade de Palmas, relacionada ao cenário nacional, quais são os principais impactos e consequências da desdemocratização das políticas urbanas na governança local e os desafios a serem enfrentados por gestores a partir de 2021.

Na segunda, tratamos dos nossos **objetivos estruturantes**. Buscou-se, a partir do quadro atual, estabelecer um cenário futuro, aonde pretendemos chegar.

Na terceira, elaboramos **propostas**, ideias iniciais de ações e de atividades, que têm a finalidade de se constituírem em processo de construção coletiva



permanente, desde sua concepção, passando por sua (re)estruturação e chegando à implementação por nossa gestão, tendo este processo, pelos passos e sequência, o caráter de cumprir os objetivos estruturantes explicitados na segunda etapa deste Plano.

Na quarta, mostramos **como executaremos** as propostas no nível do cotidiano da gestão pública municipal, abrangendo um conjunto de atividades-meio com o intuito de potencializar o melhor uso possível dos recursos públicos. Medidas potencializadas pelo principal mote de criar condições para o efetivo controle social, por parte do cidadão palmense, no avanço da democratização da própria gestão pública, trazendo, assim, efetividade e excelência. Ademais, firmar categoricamente a nossa intenção precípua de construir a cidadania viva em Palmas.

2. CONTEXTO: REALIDADE ATUAL E REFERÊNCIAS

2.1. Principais características de Palmas

No último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, Palmas tinha a população de 228.332 habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) 0,788, com densidade urbana de 102,90 Hab/Km², chegando a 2020 a 306.296 habitantes, demonstrando um crescimento populacional importante na última década, de 34%. Pontuamos que, embora tenhamos em 2017 o Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 28.754,00 (vinte e oito mil, setecentos e cinquenta e quatro reais), o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita na cidade foi de até 1/2 salário mínimo, equivalente a 30% da população, por isso denota considerável carência.

Para pontuar saúde e educação, destacamos que, na educação, dados de 2018, relevam 105 escolas de ensino fundamental, com 40.573 matrículas e 1.824 docentes; na saúde, a partir da mesma base de dados, encontramos 90 estabelecimentos vinculados ao Sistema Único de Saúde. Essas duas áreas primordiais e essenciais serão analisadas, neste Plano, pela transversalidade e

influência direta em vários temas estruturantes, a serem abordados na sequência.



Construindo a cidadania viva em Palmas

Dentro de uma visão urbanística, destacamos que, embora Palmas seja aclamada como a mais recente capital planejada no Brasil, ainda enfrenta diversos desafios típicos dos grandes centros urbanos. O uso e a ocupação do seu espaço urbano têm sido descontínuos e fragmentados, o que gera, por um lado, vazios urbanos que alimentam a especulação imobiliária; por outro, dificulta o acesso à terra urbanizada, e a cidade, às pessoas de baixa renda, encarece até mesmo a sua infraestrutura urbana (somos capital brasileira com o maior custo de urbanização per capita) e os serviços de transporte públicos.

Sabemos que o planejamento urbano em Palmas confere conforto climático e paisagístico. Nesse sentido, desperta um olhar sobre o turismo na cidade, até por sua vasta estrutura hoteleira e gastronômica, considerando suas mais variadas belezas naturais, com destaque ao lago formado pelo rio Tocantins, a serra do Lajeado e o distrito de Taquaruçu.

Entretanto, esse turismo ainda absorve, em grande parte, a movimentação estadual (25,40%), mas com importante integração com Goiás (21%), depois São Paulo (16%) e Distrito Federal (10%). Desse movimento, 48% são relativos a negócios e eventos. Constata-se que a maioria que passa por Palmas a lazer e passeio tem como destino o Jalapão.

De outro modo, temos ameaças e contradições advindas das queimadas e destruição dos biomas que cercam áreas ambientais frágeis e colocam em risco a sua beleza, a exuberância de vida e os cruciais serviços ambientais prestados à população (disponibilidade de água, amenização do calor, entre outros), e isso resulta em claros impactos ao potencial turístico econômico.

Portanto, em nosso caso, a realidade que deveremos enfrentar parte de pensar em propiciar condições razoáveis para essa importante indústria, qual seja, priorizar o respeito ao meio ambiente com investimentos no ecoturismo.

No campo da moradia, temos um déficit habitacional considerável em Palmas, conferido pelo lado injusto da nossa bela capital, que demanda urgentemente intervenções do poder público municipal no sentido de conferir dignidade e inclusão social para todos e todas, produzindo uma qualidade de vida compartilhada, consoante os melhores padrões mundiais de civilidade; desafio este que só depende da devida priorização da administração pública local.

Para se ter ideia geral do espaço urbano em Palmas, é importante salientar que a cidade possui excessiva mancha urbana de baixa densidade demográfica, de 25,1 habitantes por hectare. O Plano Urbanístico da cidade de 110,8km² tem a área total urbanizada de 76,35km² e 11,32% dessa área tem baixa densidade; temos, pois, uma cidade entremeada de espaços vazios.



Salienta-se que 66,5% das áreas ocupáveis que restam para urbanizar, 31% delas estão atualmente vazias e parte delas ainda constituída por glebas incólumes.

Em Palmas, o crescimento populacional, de 2000 a 2014, foi de 3%, enquanto a expansão territorial urbana foi de 4,5%, resultando em densidade negativa de (-2%). Isso demonstra que o crescimento territorial na cidade vem superando a ocupação de maneira preocupante. Essa relação constata o decréscimo do adensamento em razão da menor movimentação populacional em comparação com a ampliação das áreas urbanas.

Continuando esse ritmo atual, a mancha urbana deverá crescer 144% até 2030, e essa condição avançaria mais 304% no custo da cidade, considerando que Palmas já apresenta elevado custo de urbanização per capita.

Portanto, a área territorial de Palmas está crescendo com fatores bem mais rápidos do que a população, em parte porque o desenvolvimento econômico atual resulta em maior consumo de terra per capita.

Evidente que Palmas tem um potencial a ser devidamente trabalhado, conta com uma população jovem, está localizada num centro logístico de enorme valor estratégico para o desenvolvimento do Brasil, e a integração entre o centro sul e a região norte abriga um centro de serviços médicos e educacionais. Logo, uma cidade que pode impactar consideravelmente no avanço do nosso País para uma sociedade mais justa e sustentável. Por isso, é fundamental agregar tais valores a um projeto de desenvolvimento robusto, justo, sustentável e democraticamente pactuado com a população.

2.2. Desafios Gerais: A marca do pensamento do Partido Socialismo e Liberdade para Palmas

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) definiu, em âmbito nacional, uma tarefa dupla para as eleições municipais de 2020: apresentar uma saída à esquerda, a saber, centrada na justiça social para a classe que vive do trabalho, para a profunda conjunção de crises que vivemos; e conter o avanço das forças da extrema-direita e de seus sócios minoritários nas administrações municipais Brasil afora. Por isso, as candidaturas do partido seguem um programa de transformações estruturais que enfrenta as desigualdades sociais e dívidas históricas – assumindo como horizonte a superação das explorações e opressões de classe, raça e gênero/orientação sexual –, além de expressar as lutas sociais e a diversidade do povo brasileiro.



A primeira tarefa, portanto, é a de organizar, defender e difundir uma proposta de enfrentamento à crise sanitária, econômica, social, política e ambiental vivida pelas pessoas, principalmente no cotidiano das cidades. As bases do programa do partido se dedicam ao enfrentamento de privilégios, ao combate ao neoliberalismo, à democratização radical das relações de poder, à incorporação estratégica das lutas contra o racismo, o machismo, o sexismo, a LGBTQI+fobia e os preconceitos em geral, assim como à priorização da defesa da solidariedade, do bem comum, do meio ambiente e dos direitos humanos, como um todo.

A segunda é a de resistir à sanha destrutiva do governo federal extremista que se pauta pelo desmonte de direitos sociais básicos e fundamentais, num processo de desconstrução oficializado por discursos e práticas que se perfilam aos trágicos fundamentalismos fascistas. Ameaças, intimidações e censuras se tornam cada vez mais corriqueiras numa escalada autoritária a qual mira agentes e coletivos críticos, dissidentes e autônomos, dentro e fora das estruturas institucionais estatais.

Em se tratando de Palmas nesse contexto enunciado, a administração municipal de turno, em seu típico papel de “sócio minoritário” do governo Bolsonaro, tem servido de plataforma local e adaptada de confirmação de um programa político, econômico e cultural que acentua injustiças, menospreza a participação social e se esquiva de medidas concretas e permanentes para o enfrentamento de problemas estruturais e estruturantes vividos mais intensamente pelas populações periféricas.

Mesmo antes da excepcionalidade do contexto de pandemia, a Prefeitura vinha se caracterizando por ações de baixa intensidade, superficiais e/ou inexistentes pelas/os mais empobrecidas/os da capital. Mais dedicados e preocupados na manutenção e na guinada de projetos pessoais de poder (e em deixar “a boiada de retrocessos passar” em suas múltiplas e variadas frentes). O executivo e o legislativo se mostraram ineficientes, despreparados e descompromissados em exercer as suas principais tarefas na esfera local, como a de zelar pela melhoria real das condições de vida dos(as) munícipes. Em desrespeito completo a valores e condutas democráticas, houve até registro de flagrantes de desprezo a supostos “guetos” e repulsa ao que foi denominado pejorativamente de “baixo clero” pela mandatária que almeja seguir no poder.

Sem que fosse a sua intenção, a gestão acabou por desnudar algumas das concepções que sustentam as prioridades e práticas políticas de uma gestão orientada por interesses seletivos, privados e promíscuos. Palmas merece e



exige muito mais. Por isso, o programa do Partido Socialismo e Liberdade que se segue, em âmbito municipal, apresenta propostas temáticas nas mais variadas áreas, com destaque fundamental para políticas de combate de garantia e efetivação de direitos, em defesa das liberdades (coletivas e individuais) e da justiça social, por meio da democratização da democracia e da participação social ativa.

Este Plano tem todas as condições de se consolidar por meio da articulação de setores comprometidos com mudanças reais – trabalhadores formais e informais, pessoas em busca de emprego e de renda, integrantes de organizações e movimentos sociais e populares, pequenos e médios empresários, agricultores familiares, sem-terra, sem-teto, estudantes e jovens (dentro e fora do mercado de trabalho), setores médios urbanos, profissionais liberais, acadêmicos, em geral. Em aliança, é possível mover a roda da história e se fortalecer mutuamente numa gestão verdadeiramente democrática e popular não circunscrita exclusivamente à reprodução obediente e submissa da ordem capitalista.

Pelas dinâmicas conjunturais cambiantes e pelas próprias experiências vivas das lutas sociais, este documento estará submetido a constantes ajustes e atualizações, para melhor receptionar, abarcar e traduzir demandas por transformações na política, as quais não só são possíveis, como necessárias.

3. OBJETIVOS DA GESTÃO: AONDE QUEREMOS CHEGAR

A Garantia de qualidade de vida e da proteção social

Precisamos tratar do planejamento urbano, do meio rural, do meio ambiente e do saneamento básico, iniciativas voltadas para a qualidade de vida dos cidadãos. Assim sendo, será necessário promover o reconhecimento das periferias para o estabelecimento de um processo de inclusão à cidade, a fim de garantir investimentos para infraestrutura básica nessas localidades. Nesse sentido, precisamos colocar em prática ações previstas pelo plano-diretor municipal priorizando seus campos sociais, isso resultará na garantia de melhoria de vida aos menos favorecidos. Também parametrizar questões ambientais inter-relacionando-as com saneamento básico, tendo as pessoas como prioridade.

Para melhorar a qualidade de vida e a proteção social precisamos de uma cidade defensora dos direitos humanos, que propicie o convívio harmonioso e solidário

com o devido amparo social para propiciar a dignidade de cada indivíduo na sua integralidade.

A sustentabilidade como eixo transversal e o meio ambiente

Podemos observar que por muito tempo a questão ambiental foi vista como um apêndice das gestões públicas locais. De maneira geral, é colocada em marcha como plano político-econômico governamental para determinada jurisdição territorial, por iniciativas paralelas e pontuais, quase sempre desenhadas em torno de uma rasa e passageira “propaganda verde”.

Esse tipo de gestão tem sido pensado e aplicado sucessivamente pelos mandatários de plantão. Entretanto, permanece em aberto o desafio de construir e de propor plataformas de gestão pública que efetivamente considerem fenômenos acelerados, como a emergência climática. A despeito da disseminação de noções relevantes que têm sido cada vez mais consideradas, como a filosofia guarani do *tekoporã*¹, o modelo de desenvolvimento do *buenvivir*² e a solidariedade indicada pelo *ubuntu*³, nos mostram importantes contextos alternativos aplicáveis.

Para uma cidade tão especialmente constituída de bens comuns ambientais (providos pelo magnânimo Cerrado, com suas serras e suas águas que geram pérolas, como o distrito de Taquaruçu, tendo como parte constituinte o lago de Palmas, derivado do represamento do rio Tocantins), a questão ambiental deveria ser prioritária e ocupar a calha central de uma gestão municipal que pretenda ser verdadeiramente democrática.

Entende-se, nesse sentido, que a Fundação Municipal do Meio Ambiente, portanto, tem de assumir um papel muito mais ativo na gestão empenhada em incorporar premissas ecossocialistas de caráter transversal, com fortalecimento não apenas do Conselho Municipal, mas também da abertura de novos espaços ativos intersetoriais de diálogo e da deliberação, em conjugação com o programa de orçamento participativo.

¹Teko Porã é um termo em Guarani que significa o "belo caminho", ou o "bem viver". Caracteriza a filosofia, cosmogonia e espiritualidade refletida na sabedoria popular de povos originários das Américas, conhecidos hoje como indígenas.

²O termo é inspirado nas expressões *sumak kawsay* *sumaq qamaña*, recuperados dos grupos indígenas *kichway* *aimará* presentes no Equador e na Bolívia, respectivamente.

³Ubuntu é uma antiga palavra africana e tem origem na língua Zulu (pertencente ao grupo linguístico bantu) e significa que "uma pessoa é uma pessoa através (por meio) de outras pessoas.



Precisamos tratar acerca das temáticas socioambientais, com especial atenção, e prestigiar mobilizações sociais voltadas para o tema já em curso, como as que tratam da sustentabilidade do Ribeirão Taquaruçu. Problemas locais graves, como o uso indiscriminado de agrotóxicos, a multiplicação das queimadas rurais e urbanas, a precária gestão de resíduos, a degradação de áreas protegidas e o incipiente investimento em revitalização e reflorestamento nativo estarão na ordem do dia. Para pensar a cidade num contexto ambiental mais amplo e responsável, temos de integrar a infraestrutura verde à cinza de maneira sustentável.

Construindo a cidadania viva em Palmas

Vislumbramos a cidadania como sustentáculo e como mote de abordagem deste Plano. A amplitude, a capilaridade e a transversalidade da cidadania alcançam todos os aspectos que sedimentam nossas propostas aqui formuladas. Nesse sentido, desenvolvemos ações positivas que fortalecem a democracia direta e promove efetivamente a construção da cidadania viva em Palmas. Seguiremos por caminhos pavimentados pela adoção do orçamento participativo, integrado ao plano-diretor municipal, pelo fortalecimento dos conselhos municipais existentes e pela criação de novos conselhos necessários para dar legitimidade à sociedade, fiscalizar e contribuir com a gestão pública social e transparente, permitindo, assim, um real controle social do cidadão sobre a gestão pública municipal.

4. PROPOSTAS: O QUE PODEMOS FAZER

4.1. Moradia e o Acesso à terra urbanizada como princípio de dignidade

A moradia, como base dos Direitos Humanos, nos direciona para equacionar o déficit habitacional e democratizar o acesso à cidade. Vale destacar a necessidade de ocupação dos vazios urbanos centrais em Palmas, pela via do cumprimento da função social da cidade e da propriedade. Outros pontos prioritários são: o desenvolvimento de ações positivas e concretas no campo da regularização fundiária e a materialização de legislação para mitigar efetivamente a especulação imobiliária. Temos de pensar em mecanismos de criação de programas municipais de construção de unidades habitacionais e instituir a assistência técnica para respaldar a população que precisa reformar sua habitação, bem assim aprimorar os projetos arquitetônicos e urbanísticos

dos novos conjuntos habitacionais, pensando na sua atualização tecnológica. A moradia digna tem necessariamente a composição de serviços públicos, como educação e saúde, e estruturação de equipamentos urbanos essenciais; precisamos, pois, elaborar projetos de habitação bonitos e sustentáveis.

4.2. Saúde integral e a segurança alimentar como direitos básicos

Vamos pensar esse tema em duas vertentes, a de um conceito externo (entender a questão dentro da sistematização da cidade), como o de estabelecer a relação da saúde pública de qualidade, com padrão de urbanização, da poluição urbana, da manutenção de áreas rurais, do fomento à agroecologia, e incentivo a hortas urbanas. Nesse ponto, a saúde pública se integra com a segurança alimentar.

Precisamos pensar também na saúde da mulher, especialmente as que sejam vítimas de violência doméstica. Importante salientar o estabelecimento de um sistema de saúde da mulher integrado, com uma consistente sistemática de prevenção, monitoramento e acompanhamento médico. É necessário construir o hospital municipal para complementar e integrar o sistema municipal de saúde e ampliar a rede de atendimento familiar a partir da garantia de vagas em creches, da prevenção e do acompanhamento dos munícipes na fase adulta e na especialização para o tratamento da saúde dos velhos.

Quanto à vertente do conceito interno (gestão da saúde) precisamos adotar novas tecnologias no atendimento, a partir da automação de prontuários e outros mecanismos de acompanhamento. Bem assim, cuidar do abastecimento adequado de medicamentos e de equipamentos para aprimoramento e modernização dos exames clínicos. Investir também, com recursos consideráveis, na educação voltada para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, entre outras.

4.3. Educação integral e inclusiva, livre e democrática

Este Plano de Governo partiu do princípio constitucional de garantir a universalização e qualidade da educação aumentando os recursos destinados à área, no sentido de possibilitar o acesso a todas as crianças, jovens e adultos. Nesse sentido, prioriza pontos essenciais para o estabelecimento dessa garantia e qualidade na educação, como:

- Garantir uma educação inclusiva e libertadora atendendo a vários princípios, entre os quais a livre manifestação do pensamento; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, ler, publicar e divulgar por todos os meios

a cultura, o conhecimento, o pensamento, as artes e o saber, sem nenhum tipo de censura ou repressão.

- Praticar o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a laicidade e o respeito pela liberdade religiosa, de crença e de não crença, sem imposição e/ou coerção em favor ou desfavor de algum tipo de doutrina religiosa ou da ausência dela.
- Educar contra o preconceito, a violência, a exclusão social e a estigmatização das pessoas pela cor da pele, origem ou condição social, deficiência, nacionalidade, orientação sexual, identidade e/ou expressão de gênero ou outro pretexto discriminatório.
- Assegurar o respeito à pluralidade étnica, religiosa, ideológica e política e à livre manifestação da orientação sexual e da identidade e/ou expressão de gênero.
- Garantir acesso e assistência escolar às crianças vítimas de violência no lar, especialmente as meninas.
- Garantir total implementação e efetivação do Plano Municipal de Educação, nos prazos estabelecidos.
- Debater com a sociedade, a partir de audiências públicas, o modelo de gestão democrática nas escolas, assim como a educação integral e a militarização.
- Criar ferramentas para mais transparência na gestão dos recursos públicos destinados à educação.
- Instituir ações concretas para erradicar a evasão e estabelecer uma relação humana no tratamento das demandas da área.
- Realizar programas de formação continuada de professores, com ênfase no atendimento educacional de crianças com necessidades educacionais especiais, como parte de políticas de valorização dos profissionais da educação com processos contínuos de formação e qualificação.
- Criar Núcleos de estudos e atividades de altas habilidades e superdotação.
- Garantir a execução integral do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos servidores públicos municipais, bem como a extensão dos debates e manter atualizado.
- Pensando na segurança alimentar, garantir a infraestrutura adequada e saudável para uma alimentação escolar de qualidade, em parceria com as famílias dos estudantes e produtores locais.
- Ampliar e qualificar o atendimento às áreas rurais. Atendendo, com equipamentos e pessoal qualificados, ao pleno desenvolvimento dos estudantes, dos profissionais envolvidos e das famílias.



- Inserir no currículo escolar aulas de educação ambiental e sustentabilidade, educando o estudante para a utilização e a preservação do meio ambiente, buscando o necessário equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos vivos e renováveis.
- Equipar e estruturar os conselhos, dinamizando as ações, estabelecendo autonomia política para que possam agir com independência e segurança.
- Criar centro de atenção à saúde do servidor da educação. Criar uma estrutura de acompanhamento à saúde psicológica de professores e demais trabalhadores na educação.

4.4. Assistência Social

A Assistência social pode ser definida como Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. E para atender às demandas da cidade, precisamos adotar as seguintes providências:

- Assegurar este serviço na atenção básica e para isso reinstalar três Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que foram fechados nas áreas periféricas, e avançar na proteção social, em especial na instituição de Centros dias, que serão espaços estruturados para acolher pessoas idosas durante o dia.
- Precisamos, também, instalar albergue para atender aos moradores de rua, andarilhos, e criar uma Instituição de Longa Permanência (ILPI) para abrigar pessoas idosas que não possuem mais vínculos familiares.
- Potencializar os espaços de controle social, dando condições de funcionamento, com estrutura física adequada, assessoria técnica, jurídica e contábil, para que os atores políticos possam desenvolver suas responsabilidades.
- Fortalecer e estruturar os conselhos tutelares.
- Criar ouvidorias por meio das quais o direito possa, em primeira instância, se tornar reclamável para os cidadãos palmenses.

4.5. Trabalho, Emprego e Renda: Desenvolvimento com justiça social

Pensando em organizar uma nova estrutura de desenvolvimento, que garanta a solidariedade e novas inclinações da cidade, pensamos em:

- Desenvolver programas de Geração de Emprego e Renda e fomentar as centralidades de bairro, apoiando ações de desenvolvimento local e iniciativas populares de economia solidária, criativa, ecológica e circular.
- Pactuar um plano de incentivos públicos – em qualificação profissional e infraestrutura –, de forma que estejam alinhados e dialogados com os compromissos de investimentos empresariais, criando assim sinergias entre a oferta de trabalho qualificado com a demanda por mão de obra específica.
- Fortalecer a economia solidária e a agroecologia, por meio de ações estruturantes de investimentos em meios de trabalho, qualificação, assessoria técnica e estímulo à sua integração e organicidade, com a criação de um Instituto Municipal de Transição Agroecológica Solidária.
- Fortalecer as feiras populares, em especial às da agricultura familiar e do pequeno produtor, até mesmo evoluindo para a criação de um mercado municipal permanente e instituições de sacolões populares.
- Considerar e potencializar as inclinações da cidade, como centro logístico de serviços, do turismo e de um circuito anual de eventos.

Ao integrar esse tema com a segurança alimentar, aumentaremos os incentivos técnicos para as hortas urbanas e criaremos assessoria administrativa para preparar os produtores na comercialização e controle financeiro da sua produção.

4.6. A mobilidade urbana como estratégia de inclusão social

A mobilidade urbana é uma das principais condições materiais para que a cidade efetive a sua função social.

Destacamos que, em razão da importância e pelo transporte urbano ser um direito social constitucional, desempenha um papel fundamental de integração da cidade, essencialmente nos deslocamentos dos trabalhadores.

Temos de pontuar questões básicas para tentar entender o motivo de o transporte urbano se constituir, por um lado, num bem de luxo, em razão de



consumir em torno de $\frac{1}{3}$ do salário do trabalhador; por outro, não oferecer condições mínimas de infraestrutura, rodando com veículos sem manutenção básica e frequência irregular, não oferecendo, em regra geral, pontos de parada com conforto digno, com número de passageiros acima da capacidade de lotação, e agora, com a pandemia do coronavírus, constituíram-se em verdadeiras câmaras de contaminação.

Não podemos mais admitir a atual visão privatista e de gerenciamento de um modelo visto como negócio. Para se ter uma ideia, os carros transportam 20% da população e ocupam 60% das vias, enquanto os ônibus 70% e 25% das vias.

Portanto, precisamos entender que, apesar de ter de lidar com a mobilidade no seu contexto amplo seja complexo, o tema deve ser impreterível, por ser uma estratégia de inclusão social e uma necessidade ambiental.

Precisamos, também, tratar dos custos do transporte urbano, pois ninguém consegue entender o cálculo da tarifa. Temos de mudar definitivamente esse modelo e pensar num transporte coletivo metropolitano com acesso universal, e não deixar a conta exclusivamente para o usuário.

Temos exemplos de que se adotarmos mecanismos de subsídios cruzados e criarmos um fundo público, teremos resultados imediatos importantes no custo operacional.

Enfim, o transporte público tem de ser **gratuito e de qualidade** para garantir a inclusão social e a melhoria do meio ambiente, gerando economia no custo de manutenção das vias e na diminuição das demandas de atendimento de saúde devido aos acidentes de trânsito. Estamos elaborando um diagnóstico técnico com a acompanhamento em cidades brasileiras que já adotaram o modelo universal, chamado “passe livre”.

4.7. Juventude e idoso reconhecendo a relação intergeracional

Com uma visão mais ampla sobre o tema intergeracional, pretendemos incentivar a integração de projetos e políticas públicas que unam a juventude e os idosos. Observamos, em vários governos, o fracasso ao tratar de políticas para a juventude e para idosos. Esses temas não podem ser tratados de maneira separada, mas de forma que integrem esses grupos à gestão.

O nosso compromisso será o de discutir a transversalidade na participação do jovem e do idoso na gestão pública em variadas áreas. Assim, pensar na estruturação de ações (por meio de comissões, grupos de trabalho, departamentos ou ações semelhantes) que fortaleçam a participação desses

grupos na atuação efetiva das decisões de governo, transitando e discutindo com a sociedade em escalas variadas. Nesse sentido, seriam aproveitadas as experiências dos idosos e a energia e a criatividade da juventude para pensar nas resoluções dos problemas da cidade.

4.8. Mulheres e a vigilância de seus direitos

A abordagem da questão das mulheres, em especial das meninas, será feita a partir da desconstrução do urbanismo machista e elitista. Teremos de observar: i) a paridade nas instâncias de formulação, planejamento e execução da política urbana, além de outras medidas, como a garantia de vagas em creches para atender à demanda, especialmente para pessoas que precisem trabalhar e/ou estudar; ii) o efetivo combate à violência contra a mulher, especialmente no transporte público (preço da passagem, assédio, despreparo dos motoristas, lotação, paradas de ônibus, conforto térmico, horários de ônibus), apoio, integração e investimentos na implantação de casa de atendimento e acolhimento da mulher instrumentalizada, para moradia, saúde, assistência e geração de renda; o combate à violência contra as mulheres (fortalecimento da rede de atendimento); iii) a segurança nos espaços de lazer, educação (creches integradas à Educação de Jovens e Adultos (EJA); educação sexual nas escolas, adequadas a cada faixa etária. Portanto, necessário estabelecer pontos primordiais, como:

- Garantir e fortalecer a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com autonomia financeira e orçamentária, de forma a fomentar e subsidiar a implantação de políticas públicas, com serviços e equipamentos públicos de proteção e atendimento às mulheres.
- Fortalecer as políticas públicas para as mulheres, garantindo a efetivação de um Pacto Municipal para os Direitos das Mulheres.
- Ampliar as políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades, enfatizando: o enfrentamento à violência contra as mulheres, com base no gênero e na diversidade entre elas.
- Capacitar, de forma contínua, as profissionais do sistema de segurança pública, do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), da Educação e outros.
- Construir, fomentar e divulgar periodicamente indicadores sociodemográficos, qualiquantitativos, sobre temas, como *Saúde, Segurança Pública, Educação, Assistência Social*, levando em consideração a diversidade das mulheres.

- Garantir a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres levando em conta sua diversidade em políticas públicas de saúde, de educação e da habitação, observando as suas especificidades.
- Garantir a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres, levando em conta sua diversidade em políticas públicas de saúde, de educação e da habitação, observando as suas especificidades.
- Desburocratizar e democratizar mecanismos de comprovação e informação para fins de previdência social, acesso à tecnologia/informação para mulheres dos povos tradicionais, imigrantes e refugiados.
- Colaborar no âmbito municipal na regularização dos territórios dos povos indígenas e quilombolas e sugerir que a titularização das terras seja em nome das mulheres.
- Contribuir, em âmbito municipal, para que haja celeridade na demarcação das terras indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, favorecendo o desenvolvimento sustentável, com justiça social de gênero, raça e etnia.
- Assegurar, em âmbito municipal, os direitos das mulheres em todos os seus ciclos de vida, da infância à velhice, nos mais diversos setores: saúde, com ênfase nos direitos sexuais e reprodutivos, garantindo interrupção da gravidez nos casos previstos em Lei, educação, transporte, habitação e moradia, emprego, lazer, renda, segurança, saneamento básico e enfrentamento à violência e prevenção e promoção de programas e serviços específicos públicos e laicos de atendimento efetivo às usuárias de drogas lícitas e não lícitas e seus familiares.
- Criar e implementar, em âmbito municipal, o Programa Nacional de Capacitação e Formação Política para as mulheres, com vista a fomentar a ampliação e fortalecimento das mulheres nos espaços de poder e decisão, assegurando a formação política para as mulheres em suas comunidades, de forma inclusiva e sob responsabilidade dos movimentos sociais, partidos políticos e do Estado. Essa formação deve privilegiar abordagens sobre o empoderamento das mulheres.
- Elaborar projetos e programas de caráter permanente que visem estimular a participação das mulheres na gestão de políticas públicas municipais nos cargos de liderança, nas entidades representativas, movimentos sociais, nos conselhos e associações.
- Criar fóruns permanentes e suprapartidários de mulheres, com encontros itinerantes e sistêmicos, para a discussão de pautas para o enfrentamento das desigualdades de gênero, formação política e estímulo à presença e à participação ativa das mulheres em espaços de poder, observando-se os recortes racial, étnico, de gênero, de orientação sexual e identidade, territorial, deficiência e outros.



Construindo a cidadania viva em Palmas

- Garantir a criação de mecanismos de igualdade de cargos e salários na administração municipal para ambos os gêneros.
- Concretizar os projetos de construção da Casa da Mulher Brasileira.
- Aprimorar a proteção às mulheres em situação de violência e os mecanismos da rede municipal que contribuam para efetivação da aplicação da lei Maria da Penha.
- Garantir moradia popular para as mulheres chefas de família.
- Criar cotas de habitação para mulheres vítimas de violência.
- Fortalecer o disque 180 no município.
- Apoiar projetos para capacitação de profissionais da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, considerando as especificidades das mulheres rurais, quilombolas, matriz africana, ciganas, indígenas, mulheres negras, mulheres com deficiência, mulheres bissexuais, transexuais e lésbicas, mulheres idosas e profissionais do sexo.
- Criar protocolos de atendimento à mulher em situação de violência.
- Ampliar os serviços de denúncia para as mulheres.
- Aprimorar o atendimento da política de saúde da mulher do município de Palmas.
- Garantir programas de promoção de cursos profissionalizantes para mulheres em presídios (em parceria com o estado), abrigos e casas de recuperação.
- Garantir a economia do cuidado com a construção e ampliação de creches, berçários, áreas de lazer, restaurantes populares e esporte em bairros e comunidades.
- Garantir serviços públicos de cuidado de mulheres idosas e com deficiência. Cuidado especial no atendimento nas áreas periféricas dos centros urbanos e zonas rurais.
- Promover debates sobre a reformulação dos planos municipais de educação e promover a inclusão de educação não sexista, não lesbofóbica e não racista, de acordo com os marcos legais.
- Aprovar a Portaria do nome social nas escolas municipais.
- Contribuir nas estratégias de valorização de profissionais da Rede de Educação, conforme a Lei Federal nº 11.738, de 2008, garantindo oportunidades de capacitação e conscientização sobre direitos humanos e de cidadania, relações de gênero e questões raciais/étnicas, de modo que seu aprendizado se aplique na pedagogia escolar e enriqueça as interações com as famílias e comunidades.

4.9. Segurança Cidadã

Precisamos garantir a implantação de equipamentos públicos de qualidade voltados para a difusão de atividades sociais, culturais, de saúde e de educação nas regiões mais vulneráveis e nas manchas territoriais com maior incidência de homicídios. Lutar contra a criminalização da pobreza e das organizações populares. Implementar políticas de redução de danos, saúde pública e oferta de empregos voltadas para situações de uso problemático de drogas. Combater a violência contra mulheres, negros, indígenas, homossexuais, transexuais e todos os demais grupos vítimas de preconceito e segregação. Estabelecer parcerias e convênios com o governo estadual para implantar protocolos de uma abordagem cidadã e comunitária das polícias. Importante salientar que será necessário priorizar o caráter comunitário da força de segurança municipal para garantir a redução da criminalidade, especialmente pela importância e apelo à integração de suas ações com a população.

4.10. Cultura e Lazer

Precisamos pensar pontos como o da cultura popular inclusiva e de massa. Neste tema poderíamos incluir o lazer, como parte importante que deve ser pensada a partir da concepção de um urbanismo voltado para o respeito ao espaço urbano de qualidade, acessível e integrado à comunidade.

Em razão de entender o direito à cultura e ao lazer, com perspectiva inclusiva e de massa, temos de valorizar a diversidade e minorias, estabelecendo atitudes antirracistas, de igualdade de gênero, e tratar etnias e temas congêneres de maneira mais ampla e abrangente.

Para implantar atividades de cultura, será fortalecida, com dotação orçamentária e quadro próprio de funcionários, a Fundação Municipal de Cultura, sendo atribuição do Conselho Municipal de Cultura a escolha do seu gestor e a definição das prioridades e ações em cultura, dando mais liberdade e autonomia para estruturação de políticas culturais. Para isso ocorrer, pretendemos elaborar diretrizes, fomentar o fazer cultural e democratizar as decisões a partir de uma construção com origem na base popular.

Neste campo será necessário democratizar efetivamente e garantir o respeito a todas as manifestações culturais, evitando a atual criminalização e censura existente a determinadas manifestações especialmente vinda das periferias da cidade.

4.11. Esporte para o bem viver

A prática esportiva, para além de todos os benefícios de saúde proporcionados, representa também importante ferramenta de integração social entre diferentes classes e idades, além de contribuir para a formação pessoal de cada indivíduo. Pensamos sobre o tema em:

- Criar dentro das escolas áreas voltadas para o lazer e desenvolvimento de atividades complementares esportivas para que o aluno possa se desenvolver e descobrir seus dons.
- Fomentar a prática do esporte nas diversas áreas, com criação de escolinhas municipais de esportes coletivos e individuais.
- Proporcionar a utilização de quadras esportivas existentes, as quais infelizmente estão, por falta de um olhar dentro da perspectiva social, totalmente subutilizadas. Em consequência, para além dos benefícios socializantes do esporte, não descartar a possibilidade de surgimento/revelação de talentos esportivos.
- Propor a realização de *Festivais Esportivos*, os quais terão como objetivo primeiro/principal a democratização em relação à participação. Tais ações irão compor o bojo de atividades esportivas, abraçando aqueles que, embora gostem e pratiquem esportes, não se interessam pela prática inserida em eventos competitivos.
- Descentralizar e democratizar (atingir todos os bairros, sobretudo, os mais carentes) as ações de esporte. Todas as ações de esporte e lazer por bairros e regiões devem integrar e valorizar o local onde se vive.
- Incentivar o esporte amador para jovens e adultos que não estejam mais inseridos na escola básica, por meio de calendário de competições, como a realização dos Jogos Abertos de Palmas.
- Incentivar a ocupação de espaços públicos subutilizados nas quadras e bairros, com atividades de cultura, esporte e de lazer, fomentando processos de auto-organização e intercâmbio dessas atividades no âmbito municipal.
- Apoiar as pessoas com deficiências como forma de inclusão social.
- Promover atividade física como prevenção de problemas de saúde.
- Criar e divulgar o calendário esportivo do município, sobretudo nas escolas públicas.
- Construir uma legislação eficiente de Incentivo ao esporte coletivo e política de subsídios, buscando parcerias públicas e privadas, com foco na inclusão de adolescentes e jovens carentes.



- Analisar possibilidades para a criação de projetos de parcerias com instituições de ensino superior, para contribuir com o processo de formação de profissionais capacitados, fomentando os estágios remunerados dentro da perspectiva da educação, do esporte e da saúde, como educação física, psicologia, nutrição, entre outros.
- Criar alternativas para o uso dos espaços esportivos das escolas municipais aos finais de semana com atividades programadas e disponíveis à toda comunidade, estes espaços estão ociosos atualmente.

4.12. Ciência e Tecnologia ao alcance de todos

Alguns dos campos mais importantes no contexto sistêmico da cidade – a ciência e a tecnologia – merecem destaque, e o aproveitamento da sua transversalidade temática. Precisamos pensar na integração de conhecimento nas variadas escalas para estimular os vários campos possíveis de sua aplicabilidade.

Pensamos nesse contexto enunciado em adotar os seguintes procedimentos:

- Discutir e elaborar com a comunidade acadêmica e científica de Palmas, as pautas e as demandas do setor, de forma articulada com as necessidades da cidade e da população, com atenção especial para a formação e fixação de jovens científicos na cidade, fomento ao desenvolvimento econômico local e regional, aprimoramento da cidade com tecnologias, para o bem viver, e excelência na gestão pública.
- Estabelecer parcerias com as universidades, priorizando as Universidades Públicas, para o seu uso aberto e popular à população, especialmente nos fins de semana, agregando conceitos, como os de biblioteca comunitária, promoção com subsídios do poder público municipal, atividades de pesquisa e extensão à cidade e para as populações mais vulneráveis.
- O conhecimento produzido pela Universidade Pública é um patrimônio público pouco valorizado pela sociedade, o que impede o seu efetivo reconhecimento e aplicação, um enorme potencial de valor agregado pouco utilizado; logo, a nossa proposta é potencializá-lo com o devido apoio e articulação pela nossa gestão.
- Realizar parcerias por meio de convênios com instituições educacionais, com referência na área da Ciência e Tecnologia, como o Instituto Federal do Tocantins (IFTO), a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e a Universidade do Tocantins (UNITINS).

- Atrair e reter empresas criadoras de emprego de alto valor agregado, como, por exemplo, empresas do setor de tecnologia da informação, em especial o segmento de *software*, e realizar parceria com instituições educacionais da área da Ciência e Tecnologia.
- Fomentar a criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas de base tecnológica.
- Criar lei municipal de incentivo à inovação científica e tecnológica para as instituições que fomentarem a ciência e a tecnologia numa perspectiva de geração de emprego e renda, e inclusão social.
- Promover ações de incentivo às escolas municipais que alavanquem a inovação científica e tecnológica.
- Criar o selo municipal “Aqui tem inovação científica e tecnológica”, como forma de valorizar e incentivar instituições que invistam em ciência e tecnologia.

4.13. Turismo: circuitos de desenvolvimento e de conscientização ambiental e cultural

O turismo nesta vertente terá prioridade em nossa proposta; para isso, será necessário mapear adequadamente todos os espaços e atividades com potencial turístico, analisando também as suas deficiências e demandas, e formas de integração, dentro de conceito de ecoturismo, com conscientização ambiental e enriquecimento cultural.

Para tal, a nossa proposta inicial seria a de elaborar, de forma participativa e conjunta, circuitos de visitação, de trilhas, de esportes, de tornearia, de gastronomia, de lazer familiar, com a devida infraestrutura.

Essas medidas resultariam na potencialização da região de Taquaruçu e da serra do Lajeado, qualificando o turismo como meio de preservação ambiental e produtor sustentável de riqueza.

4.14. Meio ambiente como bem comum

É primordial tratar do Meio Ambiente; embora esse aspecto já tenha sido abordado anteriormente, pontuamos ainda a necessidade de:

- Combater a poluição das águas, da terra e do ar, investindo na universalização do saneamento, na redução da circulação de automóveis, na utilização de fontes de energias limpas pelo transporte público e no controle das atividades poluentes industriais e agrícolas.

- Preparar a cidade para as mudanças climáticas, apoiando o gerenciamento de riscos associados a deslizamentos de encostas, inundações, erosão marítima e outros fenômenos potencializados pelo aquecimento global.
- Investir na ampliação do patrimônio ambiental coletivo representado pela rede de parques, áreas verdes e arborização do sistema viário.
- Defender a proteção de mananciais, nascentes, matas remanescentes e áreas ambientalmente frágeis, pela implantação de unidades de conservação e do incremento do poder de fiscalização.
- Proteger e garantir a demarcação de terras indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, reconhecendo sua importância para a preservação ambiental.
- Interromper as atividades de mineração com impacto em áreas urbanas.
- Elaborar amplo e consistente plano de prevenção e combate às queimadas, em parceria com outras esferas governamentais e órgãos públicos.

4.15. Saneamento como direito humano

O saneamento básico terá de ser priorizado na administração pós-pandemia em razão do seu entrelaçamento direto com a saúde dos municípios; assim sendo, pontuamos a necessidade de:

- Defender o caráter público e a competência municipal dos serviços de saneamento básico, de maneira a garantir que os lucros sejam reinvestidos na expansão do sistema. Combater a privatização do saneamento, apoiando a prestação do serviço por meio de consórcios públicos.
- Responsabilizar as empresas produtoras de resíduos pela destinação adequada das embalagens dos seus produtos.
- Defender a ampliação da coleta seletiva e o desenvolvimento de soluções de compostagem para os resíduos orgânicos, trazendo a centralidade das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis;
- Apoiar a estruturação de serviços municipais de manejo de águas pluviais, fomentando soluções que aumentem a infiltração e a retenção antes do lançamento nos cursos d'água.



- Defender a atuação prioritária dos serviços municipais e das empresas concessionárias – públicas e privadas – de saneamento, na recuperação ambiental dos mananciais urbanos, como forma de contribuir para o aumento da segurança hídrica.
- Defender a tarifa social e a manutenção do fornecimento mínimo de água na impossibilidade de pagamento para as famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único.
- Defender os investimentos em segurança hídrica nas áreas urbanas e rurais.

5. COMO FAZER – EFICIÊNCIA E RESPEITO

5.1. Gestão pública social e transparente

A gestão precisa olhar o seu público externo e aplicar a primazia no atendimento; aprimorar o campo tecnológico; e desburocratizar serviços. Bem assim, com vista no público interno, precisa valorizar os servidores; estabelecer plano de carreira; incentivar a formação e qualificação, tudo a partir do tripé Transparência, Participação/Automação e Transparência. Nos processos administrativos, será necessária a participação social para o exercício do controle externo e de unificação dos sistemas bancário, contábil e de gestão.

Pretendemos construir uma matriz de governança constituída no poder popular, com os seguintes elementos:

- Articular as secretarias de governo de forma colaborativa.
- Privilegiar os funcionários de carreira.
- Restringir os cargos de livre nomeação e exoneração apenas para as assessorias de governo.
- Definir um plano de carreira objetivo e transparente, prevendo, até mesmo, situações e critérios para a qualificação de servidores de carreira como dirigentes públicos.
- Territorializar a agenda participativa com a criação de eixos de coordenação, o que promoverá a participação ampla, efetiva e deliberativa da população na formulação, planejamento e controle da execução do orçamento e dos investimentos públicos e políticas.



- Criar um conjunto de articulações das atividades-meio (secretarias administrativas), das atividades-fim (secretarias de serviços sociais) alinhadas a um instituto municipal de planejamento, aprimoramento, monitoramento e avaliação de políticas públicas.
- Promover uma transformação digital no serviço público.
- Estabelecer novas prioridades para o orçamento público, amplamente discutidas e pactuadas com a população. Avaliamos que o combate ao desperdício, a diminuição de cargos de livre nomeação e elevada remuneração e a aplicação correta dos preceitos do Estatuto da Cidade podem liberar parcela significativa do orçamento para a implantação do presente plano de governo.

5.2. Reformulação do atendimento ao público: respeito máximo ao cidadão

No que tange ao atendimento ao público, caberá observar itens imprescindíveis para humanizar o serviço prestado, como:

- Otimizar e simplificar procedimentos administrativos.
- Informatizar e automatizar todas as rotinas que não exigem análise técnica ou interação social.
- Estabelecer um rígido controle de qualidade no atendimento ao público.
- Formar uma nova postura do servidor público, de pleno respeito ao cidadão, por meio de ações de capacitação e qualificação articuladas e integradas.

5.3. Cidadania Viva: Participação efetiva da população

Resgatando nosso mote na discussão sobre a cidade e a gestão, pontuamos os itens necessários para estruturar a relação cidadania e participação, como:

Formular mecanismos de participação e controle da população sobre o poder público municipal os quais garantam, de fato, a democratização da gestão, ou seja, não sejam capturados por práticas clientelistas ou patrimonialistas, tampouco gerem outras formas de demagogia ou populismo.



Construindo a cidadania viva em Palmas

O exercício ativo da cidadania amplia o conhecimento de cada pessoa sobre a gestão pública municipal, permitindo, assim, a devida cobrança de ações a favor do bem comum e controle sobre as ações dos gestores públicos, enquadrando o gasto público na sua devida função social e contra quaisquer tipos de desvios ou desperdícios.

Para isso, o presente plano propõe avançar e construir um conjunto combinado e conectado de ferramentas de democracia participativa e democracia direta, a saber:

- Reestruturar os **conselhos municipais**, de modo que a sociedade civil tenha: hegemonia (60% da sua composição); caráter deliberativo; prerrogativa de designar e avaliar dirigentes públicos da sua alçada; obrigatoriedade de ampla divulgação e disponibilidade de editais de convocação e das atas das reuniões; disponibilidade de uma equipe técnica permanente de assessores para todos os conselheiros; composição dos conselhos por edital que estabeleça critérios claros para a designação dos serviços públicos com especialização no tema do conselho (40% de composição governamental); e inserção dos setores interessados e do cidadão comum (60% da sociedade civil).
- Novo marco institucional das **audiências públicas** municipais, regulamentando claramente a sua forma de uso, garantindo a publicidade dos editais e atas, e um processo de debates e decisória, efetivamente democráticos.
- Utilizar regularmente o **plebiscito**, conforme previsto na constituição, para aferir as escolhas e aspirações da população, e, com isso, qualificar o debate público sobre ações e estratégias em prol do bem comum.
- Utilizar o **referendo popular** para aprovar propostas de políticas públicas ou de mudanças institucionais na administração pública municipal.
- Criar rotinas regulares (quinzenais) de **escuta cidadã do prefeito** com a população nos seus bairros, com a obrigação de publicação das atas sintetizando as reivindicações e reclamações dos cidadãos palmenses e respostas ou providências da gestão pública municipal.
- Formular um programa de **administração participativa**, com os ciclos de planejamento geral, definição das prioridades, fixação das despesas orçamentárias, monitoramento das ações e avaliação da gestão, apoiando-o por uma plataforma eletrônica, fortalecendo assim a transparência e o controle social.



- Criar mecanismos de aproximação do governo municipal com as associações de moradores e atendimento direto às demandas dos munícipes com programas de visitas semanais a bairros, como o *Fale com o Prefeito* pelo WhatsApp, uma rede social inclusiva e participativa. Criar, além disso, outros processos semelhantes de aproximação com a população.

5.4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a pós-pandemia

As execuções das propostas formuladas por este Plano de Governo serão orientadas pela Agenda 2030, que tratará da transversalidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o Objetivo 11, sobre Cidades e Comunidades Sustentáveis.

A partir das análises realizadas neste processo em construção com a sociedade palmense, de um Plano voltado para cumprir o papel de fortalecer a cidadania e concretizar uma cidade para todos e para todas, entendemos que, ao adequá-lo ao orçamento do município, não o limitamos, tanto na ordem financeira quanto em suas utopias, em razão de possibilidades, na ordem financeira de ampliar os recursos municipais, pela busca de verbas nacionais e internacionais voltadas a financiamento de projetos. Já em relação às utopias, sua concretização será a de resultados do forte investimento municipal na inovação e na criatividade.

Sabedores das consequências resultantes do quadro econômico e sanitário pós-pandemia, como redução drástica de arrecadação municipal, desemprego, aumento da pobreza, insegurança alimentar, entre outras graves consequências, será necessário então um controle, mas acima de tudo destinar recursos a prioridades, dentre elas o olhar necessário para as periferias que padecem de um quadro segregado e de abandono pelo poder público.